

## **PALAVRAS DO BRASIL – VOCABULÁRIO E EXPERIÊNCIA HISTÓRICA NO IMPÉRIO DO BRASIL**

**Aluna: Vera Bastos-Tigre**  
**Orientador: Ilmar Rohloff de Mattos**

### **I – Relatório Técnico – Período: Agosto de 2010 – Julho de 2011**

Ocorreram, durante este período, algumas alterações na equipe de pesquisa do projeto “Palavras do Brasil – Vocabulário e Experiência Histórica no Império do Brasil”, que tem como orientador o professor Ilmar Rohloff de Mattos. A aluna Alessandra Gonzalez de Carvalho Seixlack se desligou do projeto no início do período, assim como Beatriz Campos Pantaleão, que se desligou em fevereiro de 2011. Além de André Novellino, Ruberval Silva e Vera Bastos-Tigre, que se tornaram pesquisadores bolsistas, o grupo de pesquisa passou a contar com a participação voluntária de Bárbara Perdigão.

- **Práticas do Grupo**

Mantivemos a prática de encontros semanais, realizando leituras e discussões de textos teóricos para reforçar os objetivos e conteúdos conceituais da pesquisa. Relatórios e fichamentos foram elaborados a partir desses textos teóricos (capítulos de livros e artigos de diversos autores) e das fontes primárias (material editado e publicado sob a forma de livros e de jornais, assim como recursos eletrônicos), o que nos permitiu selecionar passagens relevantes para a compreensão da associação do conceito de Império e a existência da escravidão.

- **Bibliografia Básica**

As **leituras teóricas** realizadas foram:

ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e difusão do nacionalismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

BAUMAN, Zygmunt. **Identidade** IN Identidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2005.

- BOURDIEU, Pierre. **A ilusão biográfica**. IN: FERREIRA, Marieta de Moraes. Usos e abusos da História oral. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1996.
- BROCA, Brito. **O Drama Político de Alencar**. IN: ALENCAR, José. *Obras Completas*, vol. IV. Rio de Janeiro: Editora José Aguilar Ltda., 1960.
- CARVALHO, José Murilo de. **Pontos e bordados. Escritos de história e política**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998.
- CHARTIER, Michel. “Impérios”, In: **Enciclopédia Einaudi** – v.14. Estado – Guerra. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1989.
- COSTA, Wilma Peres, OLIVEIRA, Cecília Helena de Salles (org). **De um Império a Outro: estudos sobre a formação do Brasil, séculos XVIII e XIX**. São Paulo: Aderaldo & Rothschild/FAPESP, 2007.
- FEBVRE, Lucien. **Prólogo a Honra e pátria**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.
- FERES JÚNIOR, João. **Léxico da História dos Conceitos Políticos do Brasil**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.
- FREYRE, Gilberto. **José de Alencar**. Os Cadernos de Cultura. Ministério da educação e Saúde.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. “O Encaminhamento Político do Problema da Escravidão no Império”. In: HOLANDA (Org.) **História Geral da Civilização Brasileira**. Tomo II. 3º vol. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil – DIFEL.
- JASMIN, Marcelo Gantus e JÚNIOR, João Feres. **História dos Conceitos: debates e perspectivas**. Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio: Edições Loyola: IUPERJ, 2006.
- JASMIN, Marcelo Gantus. “Lenguajes políticos en el mundo de la acción: historia conceptual y teoría política”. In: **Prismas, Revista de historia intelectual**, nº 11, 2007, pp.171-176.
- KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos**. Rio de Janeiro: Contraponto/Ed. PUC-Rio, 2006.
- \_\_\_\_\_. “Uma história dos conceitos: problemas teóricos e práticos”. In: **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, vol.5, n.10, 1992, p.134-146.
- MAGALHÃES JUNIOR, Raimundo. **José de Alencar e sua época**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.

MATTOS, Ilmar Rohloff de. “Do Império do Brasil ao Império do Brasil”. In: Faculdade de Letras da Universidade do Porto (org.). **Estudos em homenagem a Luís Antonio de Oliveira Ramos**. 1ª.ed. Porto: Universidade do Porto, 2004, v.2, p.727-736.

\_\_\_\_\_. **O Tempo Saquarema: a formação do Estado imperial**. São Paulo: Editora Hucitec, 2004.

\_\_\_\_\_. “Construtores e Herdeiros: A trama dos interesses na construção da unidade política”. In: István Jancsó (org.). **Independência: historiografia e histografia**. São Paulo: Editora Hucitec/FAPESP, 2005.

PROENÇA, Cavalcanti M. **José de Alencar na literatura brasileira** In: Obras Completas, vol. I. Rio de Janeiro: Editora José Aguilar Ltda, 1959.

RODRIGUES, Antonio Edmilson Martins. **José de Alencar – poeta armado do século XIX**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001.

SAID, Edward W. **Cultura e Imperialismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

As fontes primárias trabalhadas foram:

ALENCAR, José de. **O Tronco do Ipê**. In: Obras Completas., vol. III. Rio de Janeiro: Editora José Aguilar Ltda, 1959.

ALENCAR, José de. **Iracema**. In: Obras Completas., vol. III. Rio de Janeiro: Editora José Aguilar Ltda, 1959.

ALENCAR, José de. *Benção Paterna* – prefácio a **Sonhos D’Ouro**. In: Obras Completas., vol. III. Rio de Janeiro: Editora José Aguilar Ltda, 1959.

ALENCAR, José de. **Como e porque sou romancista**. . In: Obras Completas., vol. I. Rio de Janeiro: Editora José Aguilar Ltda, 1959.

ALENCAR, José de. **Ao Imperador, Novas Cartas Políticas de Erasmo**, In: <http://www.academia.org.br/abl/media/Cartas%20de%20Erasmo%20ao%20Imperador%20-%20Jose%20de%20Alencar.pdf>

ALENCAR, José de. **Discursos Parlamentares de José de Alencar**. In: Obras Completas., vol. IV. Rio de Janeiro: Editora José Aguilar Ltda, 1959

ASSIS, Machado de. *Litteratura Brasileira – Instincto da Nacionalidade*. In: **Queda que as mulheres têm para os tolos**. Belo Horizonte: Crisálida. 2003.

## II – Relatório Substantivo

- **Introdução**

Durante este período da pesquisa, tive como principal atividade analisar no romance *O Tronco do Ipê* de José de Alencar a vivência da instituição da escravidão na experiência do Império do Brasil e ressaltar como o romancista retratou suas convicções no momento em que os debates políticos em torno do ‘elemento servil’ fervilhavam no país.

- **Objetivo**

A escravidão era uma prática observada em todas as camadas da sociedade brasileira, do norte ao sul do território nacional. Essa instituição, ‘braços e pernas’<sup>1</sup> da lavoura cafeeira, era mantida por alianças políticas e sociais que garantiam os interesses dessa classe senhorial, os interesses da boa sociedade, representantes do poder político, econômico e social do Império do Brasil. Foi assim que, mesmo com a proibição do tráfico em 1831, compromisso assumido entre o Brasil e a Inglaterra pela ocasião da consolidação da independência, em 1826, ingressaram quase 700.000 africanos entre 1835 e 1850. Foi através de alianças entre o governo da Casa e o governo do Estado que a instituição foi mantida, apesar do Império ter sido fundado sobre bases liberais.

Em meados do século XIX, a pressão inglesa para que o trabalho escravo fosse abolido e a condenação da prática escravista pelas demais nações européias praticamente obrigaram Dom Pedro II a mostrar publicamente sua simpatia pela causa emancipacionista. Assim, em 1866, em resposta a uma carta da Junta Francesa de Emancipação, declarando que “a emancipação dos escravos, consequência necessária da abolição do tráfico, não passava de uma questão de forma e de oportunidade”,<sup>2</sup> o imperador conteve a pressão externa, mas acirrou internamente o debate político.

A escravidão que fora vista por José Bonifácio como o ‘cancro’ da nação brasileira passa a ser considerada como elemento civilizatório no discurso político de Bernardo Pereira

---

<sup>1</sup> ANTONIL, André João. **Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas**. 1711.

<sup>2</sup> *Apud*: HOLANDA, Sérgio Buarque de. “O Encaminhamento Político do Problema da Escravidão no Império”. In: HOLANDA (Org.) **História Geral da Civilização Brasileira**. Tomo II. 3º vol. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil – DIFEL, 1987, p.206.

de Vasconcelos, “A África civiliza”<sup>3</sup> e no discurso de José de Alencar, “Sem a escravidão africana e o tráfico que a realizou, a América seria ainda hoje um vasto deserto”<sup>4</sup>.

É nesse contexto que se desenvolve, na Câmara dos Deputados e na sociedade civil em geral, o debate sobre a emancipação, principalmente o projeto da lei do Ventre Livre, que evidenciava a interferência do governo do Estado no governo da Casa. A relação escravo/senhor era uma relação privada que, portanto, só dizia respeito ao governo da Casa. A proposta da referida lei concedia alforria ao fruto do ventre escravo, ou seja, interferia na autoridade do senhor sobre seu escravo. A alforria deixaria de ser um ato de benevolência do senhor, concedida como merecimento pelo bom trabalho e pela obediência ao longo dos anos e passaria a ser concedida como um direito, pelo Estado.

Diferentemente do documento *Instruções para a Comissão Permanente* de 1854, que determinou aos fazendeiros do município de Vassouras providências no âmbito do privado para que a ordem no âmbito do público fosse garantida, sobrepondo ao interesse do privado o interesse do público e assim reafirmando a força da hierarquia no Estado imperial, o projeto de lei apresentado em 1871, além de representar uma intervenção direta do Estado na Casa, abria um precedente que, segundo alguns contemporâneos, poderia levar à desorganização do trabalho e, conseqüentemente, ao prejuízo da economia cafeeira do Vale do Paraíba fluminense e paulista, sustentáculo do Império do Brasil.

É importante observar que para que a soberania, o poder político e administrativo estivesse nas mãos do imperador, autoridade suprema, era necessário que houvesse ordem na sociedade, ou seja, ordem no mundo do governo, no mundo do trabalho e no mundo da rua. Essa ordem era mantida pela hierarquia. Todos eram súditos, mas somente os membros da ‘boa sociedade’, os livres, brancos, proprietários de terras e de escravos, eram cidadãos ativos capacitados a participar da sociedade política e, por conseguinte do projeto de ‘construção’ do Estado Imperial. O povo ‘mais ou menos miúdo’, livre, branco ou mestiço, pobre, era qualificado como cidadão não ativo, responsável somente pela tutela familiar, sem responsabilidade pela ordem social ou política. Os escravos, negros, não livres, eram a base da pirâmide social e constituíam o mundo do trabalho. Eles não faziam parte da sociedade

---

<sup>3</sup> VASCONCELOS, B.P.de. Anais

<sup>4</sup> ERASMO. Segunda carta (sobre a emancipação)

política nem da sociedade civil, eram somente súditos. Mas eram peça importantíssima na manutenção da ordem do Império.<sup>5</sup>

Essa era a posição defendida por José de Alencar, tanto em seus discursos como deputado-geral pelo partido conservador, representante da província do Ceará, quanto em seus artigos como jornalista, colaborador do *Diário do Rio de Janeiro*.

*‘A escravidão é um fato social, como são ainda o despotismo e a aristocracia; como já foram a coempção da mulher, a propriedade do pai sobre os filhos e tantas outras instituições antigas. Se o direito, que é a substância do homem e a verdadeira criatura racional, saísse perfeito e acabado das mãos de Deus, como saiu o ente animal, não houvera progresso, e o mundo moral fora incompreensível absurdo’<sup>6</sup>.*

Assim, para José de Alencar a escravidão era vista como *‘um elemento importante da civilização americana, que serviu para criá-la e a nutriu durante três séculos’<sup>7</sup>* e como *‘um princípio que não representa somente a ordem social e o patrimônio da nação; mas, sobretudo encerra a mais sã doutrina do evangelho’<sup>8</sup>*, portanto, seria uma fase do progresso, da civilização. Como tal, deveria ser extinta gradualmente pela manumissão feita pelos senhores e pela *‘moderação e doçura de que se tem revestido sempre, e ainda mais nos últimos tempos’<sup>9</sup>*, características observadas na revolução de costumes que se operava no espírito público e que não deveria ser interrompida por propostas descabidas. A instituição da escravidão não se fizera por lei, portanto não deveria ser extinta pela lei.

Mas, foi como romancista que as posições de José de Alencar sobre a instituição da escravidão e suas implicações na construção do Império do Brasil foram analisadas neste momento da pesquisa.

Em *Como e Porque sou Romancista*, obra escrita em 1873 e publicada postumamente em 1893, José de Alencar enfatiza a importância das sessões de leitura na sala do fundo de sua casa, onde tinha ‘o honroso cargo de ledor’: ‘Era eu quem lia para minha boa mãe não

---

<sup>5</sup> MATTOS, Ilmar Rohloff de. Um Império e três mundos. In: *O Tempo Saquarema*.

<sup>6</sup> ALENCAR, José de. *Ao Imperador, Novas Cartas de Erasmo*. p. 282.

<sup>7</sup> *Ibid.*, p.293.

<sup>8</sup> *Ibid.*, p.294.

<sup>9</sup> ALENCAR, José de. *Discursos Parlamentares de José de Alencar*. p.240.

somente as cartas e os jornais, como os volumes de uma diminuta livraria romântica formada ao gosto do tempo'<sup>10</sup>. E afirma que talvez essa 'leitura contínua e repetida de novelas' tenha imprimido em seu espírito 'a tendência para essa forma literária', o romance. Uma narrativa próxima do leitor no tempo e no espaço, escrita em linguagem comum, capaz de provocar reações de identificação e fazendo aquele que lê se colocar no lugar do personagem, sentindo as mesmas emoções de alegria ou de tristeza. 'Lia-se até a hora do chá, e tópicos havia tão interessantes que eu era obrigado à repetição. Compensavam esse excesso, as pausas para dar lugar às expansões do auditório, o qual desfazia-se em recriminações contra algum mau personagem, ou acompanhava de seus votos e simpatias o herói perseguido'<sup>11</sup>.

Ainda em *Como e Porque sou Romancista*, José de Alencar deixa explícito que o romance foi o gênero literário escolhido por ele para concretizar seu projeto de criar uma literatura nacional como resposta à dominação cultural portuguesa. Uma literatura brasileira, com uma forma específica de escrita que, retratando as características do povo, os costumes, a natureza e a língua falada, enfim, que representasse o 'ser brasileiro' pudesse alinhar a unidade territorial e a estabilidade política do Império do Brasil, criando a ideia de uma comunidade imaginada e soberana. E os romances, se apropriando do espaço social dos salões, seriam lidos pelas senhoras da boa sociedade e teriam o poder de transmitir essas ideias gentilmente, mansamente, sem que o leitor se apercebesse.

A crítica de José de Alencar ao poema de Gonçalves de Magalhães, *A confederação dos tamoios*, uma epopéia nacional encomendada pelo Imperador e publicada em 1865, inviabilizou uma possível coesão entre os intelectuais em torno de um único projeto nacional para literatura brasileira, mas suscitou o debate sobre o romantismo brasileiro e, particularmente, sobre a autonomia da literatura nacional como afirmação política do Império do Brasil, aspirações, que não eram exclusivas de José de Alencar, mas da intelectualidade brasileira em meados do século XIX.

Em *Benção Paterna*, prefácio ao romance *Sonhos D'Ouro*, publicado em 1872, José de Alencar, não se atendo à cronologia que seus romances foram escritos ou publicados, apresenta um panorama do desenvolvimento histórico da nação brasileira a partir de sua obra literária. Uma literatura escrita não por ofício, mas 'ao correr da pena, sem cerimônia, nem

---

<sup>10</sup> ALENCAR, José de. *Como e Porque sou Romancista*. p. 131.

<sup>11</sup> ALENCAR, José de. *Como e Porque sou Romancista*. p. 133

pretensões'.<sup>12</sup> 'A literatura nacional que outra coisa é senão a alma da pátria, que transmigrou para este solo virgem com uma raça ilustre, aqui impregnou-se da seiva americana desta terra que lhe serviu de regaço; e cada dia enriquece ao contacto de outros povos e ao influxo da civilização?'.<sup>13</sup>

Costurando as diversas etapas da construção da nação, José de Alencar estabeleceu três fases em sua obra literária, representante da nascente literatura nacional, que procuravam abordar as particularidades de cada momento histórico vivido. A primeira fase, a primitiva ou indígena, trataria do período anterior à colonização e dos primeiros contatos entre conquistadores e conquistados, contando os mitos e as lendas. Nela foram incluídos *Iracema* e *Ubirajara*. A segunda fase seria o período histórico, representando 'o consórcio do povo invasor com a terra americana'<sup>14</sup>. *O Guarani*, *As Minas de Prata* e *A Guerra dos Mascates* pertencem a essa fase. A terceira fase, iniciada com a independência política, retrataria a sociedade do século XIX, uma sociedade que 'tem a fisionomia indecisa, vaga e múltipla, tão natural à idade da adolescência'<sup>15</sup>. *Lucíola*, *Diva*, *A Pata da Gazela*, *Sonhos D'Ouro* e *Senhora*, romances urbanos, retratariam o momento contemporâneo da Corte, enquanto *Til*, *O Tronco do Ipê*, *O Sertanejo* e *O Gaucho*, romances regionais, retratariam a vida rural.

E essa jovem sociedade, rural e urbana, mesclando diferentes cores, costumes e ideias de ingleses, franceses, italianos, espanhóis e mesmo portugueses que aqui chegavam, estaria formando a nova nacionalidade brasileira, com diferentes matizes, mas com sua 'cor local', com sua singularidade e com sua individualidade. Retratando através de seus romances esse novo espaço de experiência, José de Alencar evidencia um novo horizonte de expectativas para o 'ser brasileiro', o singular plural do Império do Brasil.

O romance *O Tronco do Ipê*, publicado em maio de 1871, no calor dos debates sobre a emancipação e principalmente sobre a lei do Ventre Livre, é uma fotografia desta sociedade em constante mudança. O tempo da narrativa é o tempo 'Onde não se propaga com rapidez a luz da civilização, que de repente cambia a cor local, [onde] encontra-se ainda em sua pureza original, sem mescla, esse viver singelo de nossos pais, tradições, costumes e linguagem, com

---

<sup>12</sup> ALENCAR, José de. *Benção Paterna*. p.695.

<sup>13</sup> Ibid. p. 697.

<sup>14</sup> Ibid. p. 697.

<sup>15</sup> Ibid. p. 698.

um sainete todo brasileiro'.<sup>16</sup> Mas é também o tempo da 'influência da nova cidade, que de dia em dia se modifica e se repassa do espírito forasteiro'.

O enredo do romance é a história de amor entre Mário e Alice, tumultuada pela sombra de um suposto crime relacionado à posse das terras da fazenda Nossa Senhora do Boqueirão. 'Com a morte do pai, José Figueira, em condições assaz misteriosas, a Fazenda de Nossa Senhora do Boqueirão, de sua propriedade, passara para seu amigo Joaquim de Freitas. E o menino [Mário], de filho do fazendeiro, à condição de simples agregado, numa situação de favor. Correrá por muito tempo o boato de que Joaquim de Freitas armara uma *espera*, ou tocaia, contra o amigo, para despojá-lo de seus bens. Mas nada se provara. Tudo era vago e confuso. Mário cresce com a preocupação hamletiana de descobrir toda a verdade e, se possível, punir o culpado. O que ele suspeitava, entretanto, não acontecera. Figueira caíra acidentalmente no boqueirão, ou sorvedouro, e o amigo, em vez de ser um criminoso, fora apenas um covarde, que não ousara tentar salvá-lo com risco de sua própria vida. O instinto de sobrevivência e o egoísmo falaram mais alto nele do que a temeridade e o altruísmo. A transferência dos bens tivera também uma explicação legítima. E isso reconcilia Mário, já adulto no fim do livro, com a idéia de seguir as inclinações de seu coração, casando-se com a filha do homem que supunha ser assassino e ladrão da fazenda paterna'.<sup>17</sup>

No entanto, a história de amor entre Mário e Alice, cercada de mistérios e intrigas bem ao gosto de suas leitoras, não é o objeto de análise da pesquisa em curso, pois são os enredos secundários que permitem ao escritor evidenciar os costumes, as tradições e o cotidiano daquela sociedade. A história da fazenda Nossa Senhora do Boqueirão, a trágica morte de José Figueira, como Joaquim de Freitas conseguiu o título de Barão da Espera, o passeio das três crianças e suas mucamas e pajem, a história do Boqueirão, as reuniões na varanda da casa-grande, os almoços e jantares, o noivado dos bonecos, essas histórias secundárias são a fotografia da sociedade brasileira em meados do século XIX, principalmente da sociedade cafeeira do Vale do Paraíba. Elas refletem, através de personagens periféricos membros da boa sociedade, as hierarquias sociais, as relações de parentesco e de agregados, as ambições políticas e sociais, enfim, a cor local.

Os exemplos são vários.

---

<sup>16</sup> Ibid. p.698.

<sup>17</sup> Magalhães Júnior, R., *José de Alencar e sua época*. p.284.

As diferenças entre o campo e a cidade:

*Entretanto as duas meninas atravessavam o jardim. Alice, a mais esbelta das duas, tinha certa vivacidade e petulância que revelavam a flor agreste, cheia de seiva, e habituada a se embalar ao sopro da brisa ou a beber a luz esplêndida do sol.  
(...)*

*Adélia, de talhe menos delgado, parecia, contudo, mais elegante; suas formas harmoniosas tinham a graça da rosa nascente. Havia em sua beleza um certo ar de languidez, que se nota nas flores dos jardins, assim como nas moças criadas sob a atmosfera enervadora da cidade.*

*A mesma diferença se notava nos trajes das duas meninas, embora fossem feitos na corte, da melhor fazenda e pela mesma modista.<sup>18</sup>*

As diferenças entre ricos, pobres e remediados:

*O traje do menino, embora novo e aseado, indicava logo de primeira vista, pelo corte como pela fazenda, que havia entre ele e as duas companheiras de passeio muita diferença de posição e de fortuna.<sup>19</sup>*

O casamento como ascensão social e meio de se manter na boa sociedade:

*De seu lado, Freitas pensou também no casamento; mas para ele, moço pobre, o casamento era toda a esperança, todo o futuro; era a riqueza tão ardentemente ambicionada. (...)*

*Ele tinha notícia de todas as filhas de opulentos fazendeiros, que havia nos municípios do sul;<sup>20</sup>*

*Filha de uma viúva pobre, tendo de seu apenas a Chica, preta que lhe servia de ama, Júlia, da mesma forma que Freitas, depositara toda sua esperança no casamento.<sup>21</sup>*

*Não era de balde que D. Isabel, ficando viúva na idade de cinqüenta anos e com uma filha moça, em vez de permanecer na corte foi viver na roça, em uma casa que lhe viera de herança paterna. (...)*

*Ela sabia que na corte teria de lutar com a concorrência imensa que já não havia na aquisição dos portadores de bons dotes; e por isso devia procurar um mercado onde não pudesse temer competências.<sup>22</sup>*

---

<sup>18</sup> ALENCAR, José de. O Tronco do Ipê. p. 633.

<sup>19</sup> Ibid., p. 634.

<sup>20</sup> Ibid. p.667.

<sup>21</sup> Ibid. p.669.

<sup>22</sup> Ibid. p.671.

A crítica à política do Império:

*Quando o barão pretendeu o título, pensou que seu rasgo de filantropia, embora não servisse para alcançar-lhe o despacho, somente devido aos doze contos de réis, dava-lhe, contudo, direito a escolher a denominação do baronato.*<sup>23</sup>

- *Iludiram-no. Dando doze contos de réis o cidadão presta um serviço e fica habilitado a ser remunerado com uma graça. Essa graça pode ser um hábito, uma comenda ou um título, do nome que aprouver ao governo, o qual não recebe condições.*<sup>24</sup>

*O conselheiro era realmente um tanto notável; e as esperanças de seus amigos não podiam ser mais fundadas. Um deputado capaz de provar ao governo e à oposição que ambos se acham de perfeito acordo estava talhado para ministro.*<sup>25</sup>

Os representantes da boa sociedade:

- *Um fazendeiro do sul da província, o Joaquim Freitas, que deseja ser barão... (...)*

- *É a primeira influência eleitoral do colégio; além disso, deu doze contos de réis para as obras do Hospício.*<sup>26</sup>

*Com o conselheiro entravam na varanda várias pessoas, hóspedes do barão, que tinham ido depois do almoço dar uma volta pela fazenda. Notavam-se, entre outras, a volumosa e repolhuda reverência do padre Carneiro, vigário da freguesia; a exígua estatura do capitão Tibúrcio, subdelegado vitalício no domínio conservador; e finalmente a figura esguia e exótica do Sr. Domingos Pais, inserida em umas calças de Lila preta e brochada com um fraque justo cor de rapé.*<sup>27</sup>

Mas, costurando o romance do início ao fim, há principalmente a figura do escravo. E, fazendo analogia às hierarquias sociais dos brancos, aparecem os diversos personagens negros, Pai Benedito, Tia Chica, as mucamas, os pajens, que com suas atitudes refletiam a posição social de seus senhores e a própria condição do escravo.

Através dessas histórias secundárias José de Alencar apresenta um quadro de harmonia garantido pela autoridade senhorial, onde não havia lugar para tensão social ou

---

<sup>23</sup> Ibid. p.677.

<sup>24</sup> Ibid. p.679.

<sup>25</sup> Ibid. p.680.

<sup>26</sup> Ibid. p.677.

<sup>27</sup> Ibid. p.679.

racial. Também deixa evidente que para manter a ordem no governo de sua Casa, o Barão da Espera dependia da riqueza proveniente da lavoura cafeeira que, por sua vez, dependia de braços escravos.

No romance, o trabalho escravo não é apresentado como algo bárbaro, nem o senhor é apresentado como um tirano. A relação escravo/senhor é retratada como uma relação cordial. Os escravos estão perfeitamente conformados e confortáveis na sua condição servil.

*'Desaforo! Vou fazer queixa à sinhá! Eu sou sua mucama dela, sua mucama de estimação; não é para ser tratada assim. Se não presto mais, então que me vendam!... Depois é que hão de ver! Ai, a Eufrosina, aquilo sim, era uma boa rapariga! Coitada! Onde andará ela?... Ora bem descansada da minha vida! Senhor bom é o que não falta!'*<sup>28</sup>

*- Eu tiro, nhinhã; diga o que quer, que eu tiro. Uma moça faceira tem seu pajem para servir a ela.*<sup>29</sup>

*Naturalmente a Felícia alguma vez escutando à porta da sala, ouvira dizer que o médico dos soberanos tinha por encargo do ofício provar as régias iguarias antes de serem servidas a seu amo. Na qualidade de mucama, incumbida de velar sobre a formosura e o bem-estar da menina, ela considerava-se obrigada a partilhar com a iaiá todas as guloseimas.*<sup>30</sup>

E os senhores são benevolentes, permitindo que seus escravos organizem festas e cultivem suas roças ou ainda que obtenham recursos para pleitearem a alforria.

*Nos outros dias aproveitavam os escravos aquela hora de repouso e liberdade que medeia entre Ave-Maria e o recolher para tratarem de seus pequenos negócios, passarem uma vista de olhos a suas rocinhas e também para fazerem suas queixas e pedidos a Alice, protetora de todos eles.*<sup>31</sup>

*Na noite de Natal os pretos da roça tinham licença para fazer também seu folguedo, e os senhores estavam no costume de por essa ocasião honrar os escravos, assistindo à abertura da festa que principiava pelo infalível batuque. No meio de archotes e precedido pela banda de música, seguiu o rancho para senzala, onde repercutia o som do jongo e os adufos do pandeiro. O barão ia diante da baronesa, e conversava com a filha.*<sup>32</sup>

---

<sup>28</sup> Ibid. p. 639.

<sup>29</sup> Ibid. p.637.

<sup>30</sup> Ibid. p. 637, 638.

<sup>31</sup> Ibid. p. 731.

<sup>32</sup> Ibid. p.761.

*Cumpre advertir que pai Benedito não era desses pretos que suspiram pelo vintém do fumo; ele gozava de certa abastança devida a seu gênio laborioso e às franquezas que lhe deixava o senhor.*<sup>33</sup>

Há, inclusive, laços afetivos entre senhores e escravos, entre sinhás e mucamas, entre nhonhês e pretos velhos.

*Esse novo proprietário, que era Figueira, o avô de Mário, trouxera vários escravos e entre eles um molecote de nome Benedito, colaço e pajem do filho José. Pelo tempo adiante o mancebo casou-se e retirou-se da fazenda agastado com o pai; Benedito, que já tinha mais de quarenta anos, era cativo; não poder acompanhar o senhor moço, como lhe pedia o coração.*<sup>34</sup>

*Ambos se desvaneciam de serem um tanto ascendentes de seus prediletos. Benedito, como fora pajem grande do pai de Mário em criança, considerava-se até certo ponto avô do menino. Da mesma forma tia Chica, que tinha criado a mãe de Alice, olhava para esta como se fosse em parte sua netinha. Cada um exaltava o seu ídolo com entusiasmo ardente e exclusivo;*<sup>35</sup>

Assim, a narrativa do romance, com descrições minuciosas e eloqüentes, leva o leitor a aceitar a instituição da escravidão como algo natural, benéfico e necessário para manter o equilíbrio da lavoura cafeeira, base da economia brasileira. O trabalho escravo no Brasil era retratado por José de Alencar como muito menos extenuante do que aquele dos trabalhadores das fábricas européias. Estes, longe dos olhos do Estado, não tinham os benefícios que aqueles tinham sob a proteção de seus senhores.

*- Eu queria, disse ele [o conselheiro] concluindo, que os filantropos ingleses assistissem a este espetáculo, para terem o desmentido formal de suas declamações, e verem que o proletário de Londres não tem cômodos e gozos do nosso escravo.*

*- É exato, disse Mário. A miséria das classes pobres na Europa é tal, que em comparação com elas o escravo do Brasil deve considerar-se abastado. Mas isso não justifica o tráfico, o repulsivo mercado de carne humana.*<sup>36</sup>

Para justificar a instituição da escravidão no Império do Brasil, tão combatida pelas nações civilizadas

---

<sup>33</sup> Ibid. p.647.

<sup>34</sup> Ibid. p.655.

<sup>35</sup> Ibid. p. 656.

<sup>36</sup> Ibid. p.762.

- *Perdão; eu compreendo que nos primeiros tempos da colonização o tráfico fosse uma necessidade indeclinável. (...) Eram precisos braços para explorar a riqueza da colônia; o europeu não resistia; o índio não se sujeitara; compraram o negro; mais tarde o tráfico tornou-se um luxo, e produziu um mal incalculável porque radicou no país a instituição da escravatura.*<sup>37</sup>

- **Conclusão**

O romance *O Tronco do Ipê* não é uma simples história de amor, é principalmente uma fotografia do auge da lavoura cafeeira no vale do rio Paraíba. Nessa fotografia de 1850, ‘escrita’ em 1871 quando a região já se encontrava em decadência, enquanto o negro e o barão representam respectivamente a escravidão e o Império do Brasil, o ipê é o representante da relação entre esses dois mundos, tão diversos e tão interdependentes.

*Era linda a situação da fazenda Nossa Senhora do Boqueirão. As águas majestosas do Paraíba regavam aquelas terras fertilíssimas, cobertas de abundantes lavouras extensas matas virgens.*

*A casa de habitação chamada pelos pretos velhos casa-grande, vasto e custoso edifício, estava assentada no cimo de formosa colina, donde se descortinava um soberbo horizonte. (...)*

*Nas fraldas da colina à esquerda estavam as fábricas e casas de lavoura, a habitação do administrador da fazenda e as senzalas dos escravos. Todos esses edifícios formavam um amplo paralelogramo, com um pátio no centro; para esse pátio, fechado por um grande portão de ferro, abriam os cubículos das senzalas. (...)*

*À direita da casa, onde se erguia a alva capelinha da fazenda sob a invocação de Nossa Senhora, a colina declinando com suave depressão ia morrer às margens do Paraíba. Desse lado encontrava-se o jardim, o pomar, a horta e vários sítios de recreio arranjados com muito gosto.*<sup>38</sup>

Enquanto houvesse harmonia entre o senhor Barão e o pai Benedito não haveria tensão nem social nem racial, cada um estava acomodado à sua posição. O ipê crescería e floresceria.

*Entre os solitários da várzea, destacava-se um frondoso ipê. Monarca da floresta, alçando com soberba a régia coroa esmeralda, parecia preceder a selva, que o rodeava como sua corte submissa e respeitosa.*<sup>39</sup>

---

<sup>37</sup> Ibid. p.762.

<sup>38</sup> ALENCAR, José de. *O Tronco do Ipê*. p.627.

<sup>39</sup> Ibid. p.645.

No entanto, sem os escravos na lavoura, só haveria lugar para a ruína.

*Tudo isso desapareceu; a fazenda Nossa Senhora do Boqueirão já não existe. Os edifícios arruinaram-se; as plantações em grande parte ao abandono morreram sufocadas pelo mato; e as terras, afinal retalhadas, foram reunidas a outras propriedades.*<sup>40</sup>

E o frondoso e majestoso ipê também não seria capaz de se manter.

*Não era então, o tronco decepado que vi muito depois; estava em todo vigor, embora se notasse já, na cruz onde se abriam as ramas, uma caverna feita pela carcoma.*<sup>41</sup>

O primeiro capítulo do romance, ‘O feiticeiro’, resume o pensamento político de José de Alencar que tem uma posição firme diante das mudanças econômicas às vésperas da libertação dos escravos. A abolição deveria ser feita gradualmente, como iniciativa do proprietário

*Ignorante das relações íntimas que entretinha o habitante da cabana com o príncipe das trevas, tomei-o por um preto velho, curvado ao peso dos anos e consumido pelo trabalho da lavoura; um desses veteranos da enxada, que adquiriram pela existência laboriosa o direito a uma velhice repousada, e costumam inspirar até a seus próprios senhores um sentimento de pia deferência.*<sup>42</sup>

E prediz no último capítulo, ‘Santa Mentira’, o destino do Império:

*Da indiferença do barão pela fazenda do Boqueirão, proveio a sua decadência e ruína. Benedito e a mulher, forros desde o dia do casamento de Mário, viviam ainda na cabana, quando a Chica em um acesso de delírio, causado pela febre do reumatismo, atirou-se no boqueirão.*

*Foi a última vítima que o negro velho sepultou junto ao tronco do ipê.*<sup>43</sup>

Pai Benedito é o primeiro e o último personagem citado no romance. Ele abre, permeia e fecha a história, assim como a escravidão no Império do Brasil.

---

<sup>40</sup> Ibid. p.628.

<sup>41</sup> Ibid. p.645.

<sup>42</sup> Ibid. p.629.

<sup>43</sup> ALENCAR, José de. O Tronco do Ipê. p.812.